

A PRÁXIS DO MOVIMENTO SEM TERRA: TRABALHO DE BASE, ORGANIZAÇÃO E FORMAÇÃO DOS SUJEITOS EM LUTA

Rosana Cebalho Fernandes¹

A prática multiplicadora do trabalho de base que pode se dar nas favelas
e nas ocupações de terra, nas fábricas e nas igrejas,
nos espaços estatais e fóruns internacionais.
Ela se sustenta quando mantém os pés no chão e a cabeça nos sonhos.
Consegue vitórias quando articula as lutas econômicas
com a luta política, social, cultural...
Perdura, em qualquer conjuntura, quando combina ações de rebeldia
com as disputas na legalidade.
Ranulfo Peloso

A epígrafe sistematiza o que buscaremos apresentar nas próximas folhas, que possibilita relacionar a prática do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) com a sua práxis, desde o trabalho de base com as famílias que o integram, o seu jeito de funcionar, conformando uma organização política e os processos de elevação da consciência de sua base e militância para que seus objetivos gerais sejam exitosos.

O MST foi fundado em janeiro de 1984, quando da realização do seu primeiro encontro nacional. Porém, tem um período anterior, que alguns estudiosos denominam de período gestacional, que foi do final da década de 1970 até a sua fundação, durante o qual foram realizadas as primeiras ações de organização dos sem-terra, dando seguimento à luta histórica pela terra em nosso país. Desde o início, as demandas ou pautas coletivas eram priorizadas, pautas como lutar por escola, realizar formação política, organizar o trabalho, cuidar da saúde, estabelecer meios de comunicação com a sociedade, entre outras. Tudo isso, a partir do processo de massificação e ampliação em número de acampamentos com a inserção de centenas de famílias, através do trabalho de base.

O trabalho de base é um elemento fundamental na estrutura e no funcionamento do MST. Desde suas primeiras ações, o trabalho de base foi considerado essencial para a organização e a consolidação do Movimento. Através dele, o MST conseguiu mobilizar e unificar os trabalhadores sem-terra, criando uma força coletiva capaz de enfrentar os desafios da luta pela terra e pela jus-

REVISTA CIÊNCIAS DO TRABALHO Nº 28
NOVEMBRO DE 2025

¹ Coordenadora Geral da Escola Nacional Florestan Fernandes (2014-2024). Coordenadora Política da Brigada Internacionalista Apolônio de Carvalho na Venezuela (2025). Doutoranda em Educação pela UNICAMP.

tiça social.

No início, o trabalho de base envolvia principalmente a organização de acampamentos, onde as famílias se reuniam e começavam a construir uma comunidade solidária e resistente. Essas comunidades se tornaram o alicerce do MST, proporcionando um espaço para a troca de experiências, a formação política e a construção de uma identidade coletiva, os Sem Terra. As equipes e os coletivos formados nesses acampamentos desempenharam um papel crucial na criação das primeiras experiências de organização interna, atendendo as necessidades objetivas dos sujeitos que estavam se organizando para conquistar um pedaço de terra.

Com o passar do tempo, o trabalho de base evoluiu e se tornou ainda mais estruturado, permitindo ao MST acumular conhecimento e desenvolver uma organicidade forte. Essa evolução foi marcada pela implementação de escolas, centros de formação e a produção de materiais educativos, todos criados a partir das demandas e das realidades vividas nos acampamentos e nos assentamentos, territórios conquistados para as famílias desenvolverem os aspectos econômicos, construindo uma vida digna; resultantes das lutas desencadeadas.

O método de ação-reflexão-ação, ou seja, a práxis, foi central para o trabalho de base do MST, pois permitiu que o movimento aprendesse com suas próprias experiências e ajustasse suas práticas conforme necessário. A formação de educadores e a construção de um projeto pedagógico próprio foram passos importantes nesse processo, garantindo que os valores humanistas e os princípios organizativos do MST fossem constituindo as novas gerações, crianças, adolescentes e jovens que integravam junto a suas famílias as fileiras da luta.

A construção de novas relações humanas, a valorização da cultura e da arte, e a vivência das dificuldades e das violências também fizeram parte do trabalho de base do MST. Essas experiências formaram e forjaram diferentes gerações de militantes, que continuam a luta pela terra e pela dignidade. Os marcos históricos de conflitos entre trabalhadores e forças opositoras, especialmente dos interesses da burguesia agrária, fortaleceram as ações de base do MST, bem como pressionaram para que o Estado brasileiro, a partir de cada governo federal e estadual, pudessem responder objetivamente às pautas demandas pelas famílias Sem Terra.

Ao longo de sua história, mais de quatro décadas, o trabalho de base do MST esteve sempre presente, adaptando-se às diferentes conjunturas e desafios históricos. E é através desse trabalho constante e dedicado que o MST continua a fortalecer sua luta e a construir uma sociedade sem exploradores.

Da organização dos sujeitos sem-terra à ocupação da terra, sempre foi uma escola de aprendizados, de desafios, caracterizada por uma metodolo-

gia rigorosa, disciplina política, capacidade de análise e intervenção na realidade, estimulando a curiosidade, a criticidade e a criatividade dos envolvidos. Exemplos desse processo são a construção física dos barracos de lona preta, a estética de cada espaço, a preocupação com a escola de educação fundamental, o espaço de saúde, mantendo as equipes de trabalho para cada frente necessária para suprir as demandas daquela comunidade em cada realidade concreta.

Os sujeitos em luta, em movimento, em resistência, pautavam a necessidade de se ter instrumentos organizativos, ou seja, espaços, infraestruturas coletivas que possibilitassem colocar em prática os objetivos do Movimento, para além da luta pela terra, mas também um conjunto de direitos que compõem a luta pela reforma agrária, como o direito à escolarização, à moradia, à produção de alimentos saudáveis etc. Nesse sentido, a construção de escolas, a formação de educadores/as próprios, dos princípios filosóficos e pedagógicos da educação, os fundamentos da formação, foram sendo construídos no próprio movimento da realidade através da relação ação-reflexão-ação, construindo o caminho ao caminhar, ao desenvolver a organização para a luta.

Esse jeito de funcionar, em que se educam os sujeitos que fazem parte do MST, teve seus gêmios na experiência de luta e formação dos sujeitos sem-terra, integrantes do MST, e de princípios como o trabalho como *princípio educativo*.

A compreensão do princípio educativo do trabalho, como parte do projeto histórico da classe trabalhadora e do arcabouço de análise que o sustenta, conecta a *pedagogia do movimento* à construção histórica da *pedagogia socialista*. Esta compreensão nos permite concretizar o objetivo do que se tem nomeado como “educação emancipatória” ou “educação libertadora”, ou para formar lutadores e construtores. Na forma de sociedade em que vivemos a emancipação se realiza fundamentalmente como desalienação. Libertar-se da alienação que funda o modo de produção capitalista e que se estende da forma histórica de trabalho que a institui para o conjunto das dimensões da vida humana é ao mesmo tempo objetivo e condição revolucionária.²

Nesse processo histórico, o MST, como *sujeito educativo*, já formou e escolarizou milhares de militantes, dirigentes e quadros em diferentes modalidades de cursos. O jeito de o Movimento atuar foi construindo um projeto formativo e constitui uma pedagogia mediada pela práxis fundamentada pelos princípios políticos organizativos de direção coletiva, planejamento, avaliação,

2 CALDART, R. Texto escrito a partir de dois momentos de exposição e diálogo sobre a Pedagogia do Movimento: no Grupo de Estudos do MST sobre Reforma Agrária Popular e Educação, em 21 de setembro 2020; e no Seminário do Coletivo Político Pedagógico da Escola Nacional Paulo Freire, vinculada ao Levante Popular da Juventude e voltada a demandas educativas dos movimentos populares urbanos, em 26 de fevereiro 2021. p. 2. Disponível em: <https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/educacao-no-campo/pedagogia-do-movimento-processo-metodo-roseli.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2025.

entre outros. O acúmulo adquirido através de ações concretas organizadas, planejadas, executadas e avaliadas contribuiu para definir as linhas políticas e construção de táticas que buscam alcançar a estratégia. Os diferentes eventos realizados, como os congressos nacionais, encontros, seminários, reuniões, foram apontando o rumo, possibilitando extrair lições e reafirmar a práxis política educativa e/ou formativa.

O movimento educativo de uma organização camponesa, como o MST, requer compreensão de seus objetivos, lutas concretas e organização dos sujeitos humanos envolvidos, participantes e militantes, organização da base social que está presente nos territórios de acampamentos e assentamentos, que reafirmam no cotidiano a identidade coletiva, ligada ao projeto de sociedade pós-capitalista que tem como tática o Programa de Reforma Agrária Popular (RAP). A RAP é mais que a luta pela terra, pois busca implementar valores de uma nova sociedade, com base em princípios como a igualdade, a solidariedade, o internacionalismo, a agroecologia, dentre outros.

No que tange à crise do capital e aos novos desafios para a classe trabalhadora, pode-se afirmar que estamos vivendo um período de crise estrutural, que apresenta novos desafios para a formação e organização dos trabalhadores. A realidade moderna, marcada pela virtualização da vida e a rápida transformação dos padrões de funcionamento do capital, exige uma constante atualização das metodologias formativas. A crise de subjetividade, a depressão e as doenças emocionais generalizadas são questões que precisam ser abordadas no contexto das lutas populares, no caso do MST, na implementação da RAP.

Na implementação da RAP, os militantes, dirigentes e quadros Sem Terra imprimem na formação política, com base na educação popular, na *pedagogia socialista* e na *pedagogia do movimento*, a concepção, a metodologia, o ritmo, a intensidade, a disciplina consciente, o rigor ao estudo, a capacidade de análise, intervenção e ação sobre a realidade, estimulando assim a curiosidade, a criticidade, a criatividade, a alegria, a disponibilidade, a tomada de iniciativas. Essas características estão vinculadas integralmente às matrizes formativas da luta, da história, do trabalho, da cultura, da arte, das novas relações humanas, mesmo diante das violências e conflitos que ocorrem e resultam em massacres e/ou assassinatos.

Na concepção de formação do Movimento para elevar o nível de consciência dos sujeitos, prática e teoria são indissociáveis, o que requer vincular permanentemente as ações dentro da luta com tempos de estudos teóricos, através de cursos, seminários, entre outras formas. Tudo isso vai se projetando, propondo, planejando, organizando, avaliando, sempre mediado pelos desafios da realidade em cada tempo históricos.

A formação no MST deve estar vinculada com o processo de ampliação do conhecimento teórico e prático das questões que envolvem a luta de classes. Deve estar direcionada para a formação da consciência, na perspectiva da projeção de lideranças, militantes, formadores (as), dirigentes e quadros que possam conduzir a luta de classes e o MST com autonomia política e ideológica. A estratégia deve ser a norteadora da formação política do Movimento, deve exigir e cobrar o tipo de líderes, militantes, dirigentes e quadros que necessitamos projetar para a luta. Portanto, a estratégia é o que dá o rumo e a linha para a formação. É preciso formar lideranças e a própria base para acumular forças do ponto de vista orgânico e político, compreendendo força política como capacidade de direção, consciência, organização e potencial de lutas de massas.³

Diante disso, podemos afirmar que, do ponto de vista formativo, existe unidade nacional no conjunto do MST, apesar das diferentes realidades que permeiam o território brasileiro onde o Movimento atua, considerando os objetivos gerais e estratégicos dessa organização popular do campo da reforma agrária. Porém, a sociedade moderna, resultado de mudanças aceleradas do funcionamento do capital, especialmente a realidade tecnológica dos meios de comunicação via redes sociais, apresenta desafios. Aprender a lidar de maneira saudável com as potencialidades e contradições que as redes sociais acarretam aos processos de organização e formação dos sujeitos – imersos em crises econômicas, políticas, ambientais, culturais e de valores – é algo que não parece ter resolução em curto prazo.

A exigência que este tempo conjuntural aponta é a de recolocar a formação política, a educação popular, desde os territórios, perpassando a materialidade, o concreto, o palpável na perspectiva de um projeto político estratégico com horizonte no fortalecimento das lutas e resistências da classe trabalhadora. Isso é o contraponto da visão pós-moderna que afirma a relatividade como fundamento. Essa concepção, acrescida da vida virtual em todas as suas dimensões, coloca o desafio de fortalecer a batalha das ideias junto ao povo e à sociedade de maneira geral.

Ademais, há necessidade de que o projeto da classe trabalhadora, ou de parte específica da classe, se constitua hegemônico para combater o domínio sobre o funcionamento do capital e seu modo de produção, que sobressai com suas relações de exploração e dominação internacional. A hegemonia deve estar vinculada com as pautas táticas e estratégicas da classe trabalhadora, oriunda de uma análise da realidade desde uma visão materialista histórica e dialética que assegure autonomia e capacidade de ação de maneira processual em meio à dinâmica conjuntural e estrutural.

Na experiência formativa do MST, é possível enxergar avanços nos níveis de consciência dos sujeitos envolvidos, desde a sua inserção na luta pela terra

3 Projeto Político Pedagógico da Escola Nacional Florestan Fernandes, 2020, p. 10.

– com o objetivo primeiro de resolver a questão econômica de possuir um pedaço de terra – até a compreensão de que é necessário mais do que terra, que os aspectos políticos também estão imbricados nas lutas por direitos. Sendo assim, a consciência avança política e ideologicamente, sendo estimulada por mecanismos permanentes de reflexão sobre o que se faz.

De acordo com essa prática, a formação política acontece em todos os tempos e espaços, nos acampamentos, nos assentamentos, nas marchas, nas ocupações de terra, nos centros e escolas, nas cooperativas e associações, ou seja, ocorre onde estiverem os sujeitos. Independente do lugar, é importante a organização dos tempos educativos intencionalizados, como o tempo-formatura que propõem realizar a mística, conferência dos presentes, hasteamento das bandeiras ao som de um hino que tenha significado para a classe trabalhadora ou específico, o hino do MST. Esse tempo educativo envolve questões subjetivas de projetar o futuro desde o passado e o presente, de reafirmar compromissos com as causas populares nacionais e internacionais.

Outros tempos devem ser planejados, como o trabalho, o estudo com orientação de um educador, o tempo-organicidade, para que os sujeitos se auto-organizem através dos núcleos de base, das coordenações; assim como as atividades culturais, o tempo leitura, entre outros. Esses tempos são necessários para a apreensão do conhecimento, para refletir sobre o que está sendo realizado e sobre como contribuir para a superação de limites individuais e coletivos diante de práticas como o espontaneísmo, o oportunismo, e o personalismo, que, por vezes, desmotivam os processos em andamento.

É na perspectiva da educação popular – como um movimento transformador de sujeitos e da sua realidade, através de uma abordagem que visa à transformação social, política e cultural dos territórios, promovendo a participação ativa das pessoas no processo educativo, de maneira horizontal, dialógica, superando os métodos tradicionais, que muitas vezes são hierárquicos e centralizadores – que o Movimento enraíza o seu processo formativo, intimamente ligado à luta por justiça social e igualdade.

Em sua obra seminal, *Pedagogia do oprimido*, o educador Paulo Freire defende uma metodologia desde os oprimidos, estimulando a consciência crítica e a ação transformadora. Freire implementou suas ideias em programas de alfabetização de adultos no Brasil, mostrando que a educação pode ser uma ferramenta poderosa para a emancipação social e política, de acordo com os seguintes princípios: o princípio do *diálogo*, base para um ambiente de troca mútua, onde todos os participantes são tanto educadores quanto educandos, o processo dialógico promove o respeito, a escuta ativa e a valorização das experiências de vida de cada indivíduo; o princípio da *conscientização*, um processo pelo qual os indivíduos se tornam conscientes de sua realidade social e política, através da reflexão crítica os educandos podem identificar formas de opressão e agir para transformar sua realidade; e o princípio da *participação*

ativa de todos os envolvidos no processo educativo, as práticas participativas garantem que as vozes de todos sejam ouvidas e que as decisões sejam tomadas coletivamente, o que promove um senso de pertencimento e responsabilidade compartilhada.

Esses princípios estão ligados ao contexto de uma determinada realidade, tornando o aprendizado mais relevante e significativos para os sujeitos presentes naquele processo educativo, formativo.

Alguns elementos metodológicos da educação popular são incorporados aos processos formativos do Movimento: os *círculos de cultura*, como espaços de diálogo e reflexão onde os participantes discutem questões relevantes para suas vidas e seus territórios, através de experiências e saberes, construindo coletivamente o conhecimento; as técnicas teatrais, com base no *teatro do oprimido*, para promover a conscientização e a ação transformadora, através de jogos e encenações, os participantes exploram suas opressões e buscam soluções criativas para enfrentá-las; e as *oficinas participativas*, atividades práticas envolvendo a colaboração e a troca de conhecimentos, que podem incluir desde atividades artísticas e culturais até projetos de desenvolvimento territorial, formando os participantes e potencializando os valores humanistas, como a solidariedade, o companheirismo, entre outros.

A formação política ideológica é um componente crucial da educação popular, pois visa desenvolver a consciência crítica e a participação ativa nos processos sociais e políticos. Este tipo de formação envolve a análise das estruturas de poder, a compreensão das dinâmicas sociais e a reflexão sobre os valores e princípios que orientam a ação política. Através de debates, estudos de caso e atividades práticas, os participantes são incentivados a questionar as normas estabelecidas e a buscar alternativas que promovam a justiça social e a equidade. Além disso, a formação política ideológica busca resgatar e valorizar as lutas históricas dos povos oprimidos, fornecendo-lhes ferramentas teóricas e práticas para enfrentar as injustiças e construir um futuro mais justo e democrático.

Nessa perspectiva, o MST coordena política e pedagogicamente escolas de formação que oferecem cursos sobre temas diversos: história, sociologia, economia, direitos humanos, cultura, questão agrária e urbana, filosofia, dentre outros. Essas escolas proporcionam uma formação teórica consistente, aliada a práticas que incentivam a participação ativa e a organização coletiva.

A Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) é um exemplo notável de formação política dentro do MST e para além dele. Inaugurada em 2005, a ENFF foi construída a partir do trabalho voluntário e da solidariedade nacional e internacional e recebeu seu nome em homenagem ao sociólogo brasileiro Florestan Fernandes, que dedicou a vida à educação e às lutas da classe trabalhadora.

Na ENFF, são organizados cursos, seminários e oficinas voltados para a formação política, técnica e cultural dos militantes. A metodologia do trabalho formativo é baseada na *pedagogia do oprimido*, que enfatiza a educação como um processo de diálogo e emancipação. Os participantes são incentivados a refletir criticamente sobre a realidade social e a desenvolver estratégias coletivas de ação política. Além disso, a escola promove intercâmbios internacionais, permitindo que os militantes compartilhem experiências e aprendam com outros movimentos populares ao redor do mundo. Dessa forma, a ENFF não só fortalece a base do MST, mas também contribui para a construção de uma rede de solidariedade e resistência.

As atividades formativas da Escola Nacional buscam atender a demanda de formação de lideranças, militantes, dirigentes, formadores e quadros políticos das organizações e movimentos populares do Brasil e de outros países, compartilhando a experiência acumulada na experiência histórica do MST. Para as organizações brasileiras, as atividades são organizadas em eixos como estudo sobre o pensamento e obra de referenciais clássicos marxistas, bem como estudos técnico-científicos.

Para as organizações populares de outros países, as atividades enraízam o caráter internacionalista, construindo ambientes de troca de experiências, intercâmbios e articulações entre organizações políticas que valorizam a diversidade política, organizativa e cultural. Esses processos buscam fortalecer a unidade das lutas populares latino-americanas e mundiais através do exercício de construção de análises comuns dos desafios históricos, do sistema capitalista global e da construção de um projeto internacionalista para a classe trabalhadora.

A Escola também realiza parcerias com instituições de ensino superior, para avançar na escolarização da militância popular camponesa e urbana, através de cursos de graduação e pós-graduação. Há foco de estudo na compreensão dos processos de formação social, econômico, político e cultural da América Latina, incorporando o pensamento social produzido no próprio continente.

Dentre as diferentes atividades formativas que a ENFF desenvolve, também estão elaborar, planejar, organizar e implementar cursos em parcerias com entidades sindicais, junto a categorias específicas de trabalhadores, autônomas ou vinculadas às centrais sindicais convergentes com um projeto popular de transformação social. Nesse aspecto, a Escola é demandada a construir junto processos de formação política, a partir do interesse de estudo e aprimoramento formativo de cada entidade sindical, partidária ou estudantil.

Para finalizar as reflexões destas páginas, reafirmamos que a classe trabalhadora que é dominada pela lógica do modo de produção capitalista tem resistido permanentemente contra esse sistema opressor, concentrador, violento, explorador através do trabalho de base que organiza e eleva o nível de

consciência de seu povo. Seguiremos fortalecendo a esperança, a resiliência, a combatividade nos processos organizativos e formativos de nossos territórios, na teoria e na prática popular, para, com a auto-organização coletiva, alcançar a estratégia da emancipação humana e social.

A PRÁXIS DO MOVIMENTO
SEM TERRA: TRABALHO DE
BASE, ORGANIZAÇÃO E
FORMAÇÃO DOS SUJEITOS
EM LUTA